

Reflexões sobre a qualidade do emprego em ambientes de mudança tecnológica.

Daniel Gustavo Mocelin.

Cita:

Daniel Gustavo Mocelin (2007). *Reflexões sobre a qualidade do emprego em ambientes de mudança tecnológica*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1321>

XXVI CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA (ALAS):
Latinoamérica en y desde el Mundo. Sociología y Ciencias Sociales ante el Cambio de
Época: Legitimidades en Debate
13 y 18 de agosto de 2007 – Guadalajara, Jalisco, México
Universidad de Guadalajara

GT 19 – Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

**REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE DO EMPREGO
EM AMBIENTES DE MUDANÇA TECNOLÓGICA**

*Daniel Gustavo Mocelin **

(Draft... Draft...)

A exposição propõe uma reflexão a respeito do tema qualidade do emprego (calidad del empleo) em ambientes de mudança tecnológica, tomando por objeto de estudos as empresas de telecomunicações. Em 1997, a Organização Internacional do Trabalho divulgou um informe sobre os empregos gerados na década de 1990 e destacou que *La calidad del empleo no sólo se refiere a los niveles de productividad e ingresos, sino que abarca también otros aspectos de las condiciones laborales de los ocupados; en particular, el tipo de relación laboral entre trabajador y empleador, la duración de la jornada de trabajo, la protección social de los trabajadores y el ejercicio de los derechos laborales fundamentales* (OIT, 1997, p. 6).

O argumento central do presente estudo sustenta que os elementos definidores da *qualidade do emprego* foram baseados nos padrões da sociedade industrial que tendem a não ajustar-se como fonte de referência frente à realidade do trabalho de segmentos em que há diferenciação organizacional e tecnológica. Princípios como estabilidade, permanência e homogeneidade, que fundamentaram a concepção da qualidade do emprego, são desafiados por processos como a empregabilidade, rotatividade e mobilidade e heterogeneidade e diversidade. A reflexão sobre a qualidade do emprego em empresas tecnologicamente de ponta exigiria 1) preocupação com a formação de uma mão-de-obra informacional, com novas demandas sociais e profissionais; e 2) análise das tendências nas relações de emprego e dos padrões do mercado de trabalho informacional.

* Mestre em Sociologia. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dmocelin@terra.com.br

Fato conhecido, nos últimos quinze anos, o setor de telecomunicações sofreu transformações em consequência de um processo global de reestruturação¹, em que foram importantes as inovações tecnológicas, a expansão comercial das atividades e o papel infraestrutural assumido pelas telecomunicações no contexto da globalização e da economia internacionalizada, aspectos que produziram efeitos importantes não apenas sobre a configuração do setor como especialmente sobre a situação do emprego.

A expansão das telecomunicações no Brasil foi provocada por mudanças tecnológicas e políticas, as quais decorreram da reestruturação do setor nos anos 1990 e impulsionaram a constituição de um novo cenário organizacional e de emprego bastante distinto do que vigorou até o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990. As mudanças tecnológicas referem-se ao desenvolvimento e introdução de novas tecnologias de telecomunicações que proporcionaram o desenvolvimento e exploração comercial de novos produtos e serviços, como a telefonia móvel celular, a televisão por cabo, a Internet, às quais agregaram diversos outros serviços e a convergência de serviços. As mudanças políticas, por sua vez, incluíram processos de desregulamentação, privatização e liberalização, os quais tiveram repercussão sobre a formação de um ambiente competitivo² de atuação das empresas. Segundo alguns estudos, o sistema público de telecomunicações, existente no Brasil até então, teria dificuldades de implementar os investimentos necessários para suportar a velocidade e a natureza das mudanças exigidas para a atualização do setor ao gral dos padrões internacionais.

No Brasil, até 1994, o setor de telecomunicações estava constituído por empresas estatais, embora com capital misto, organizadas em regime de monopólio, operando em âmbito nacional e produzindo exclusivamente telefonia fixa como serviços de utilidade pública. Com as mudanças na base tecnológica do setor e o fim do monopólio estatal³, entraram no mercado diversas possibilidades de novos produtos e serviços, abrindo a perspectiva para a exploração comercial segundo a concorrência e o atendimento às novas

¹ Estudos já documentaram vastamente a reestruturação do setor de telecomunicações. Sobre isso ver: Katz (1997), Gordinho (1997), Quéau (1998), Walter (1998), Lorangeira (1998, 2003, 2004a, 2004b), Ruduit Garcia (1999, 2001, 2002, 2004), Curtinaz da Silva (2003), Melo e Gutierrez (1998), Batt e Keefe (1999), Wohlers (1999 e 2003), Dorés (1999), Pires (1999), Pires e Dorés (2000), Novaes (2000), Batt (2001), Mackenzie (2002), Neves (2002), Ruduit (2001), Curtináz da Silva (2002), Galina (2003), Büchner e Rückert (2004), Balbontín (2005), Mocelin e Corrêa (2003), Guimarães (2006), Mocelin (2005, 2006).

² O ambiente competitivo foi idealizado pelo Governo e é reflexo da Lei Geral de Telecomunicações (Lei Nº 9.472/1997). Convém destacar que a competição foi virtuosa apenas no caso da telefonia móvel celular e entre esta e a telefonia fixa.

³ A quebra de monopólios nas telecomunicações iniciou-se nos Estados Unidos em 1984, seguida pela Inglaterra e por muitos outros países, entre esses, na América Latina, por exemplo, Chile, Argentina e México. O Brasil foi dos últimos países a reestruturar o setor de telecomunicações e o fez privatizando o Sistema Telebrás, em 1998.

demandas, cada vez mais heterogêneas. Dez anos depois, o setor de telecomunicações constituiu-se por empresas de capital privado com cultura e filosofia orientadas para o mercado, privilegiando a produtividade, a eficiência e a lucratividade.

Frente à nova identidade assumida pelo setor de telecomunicações no Brasil, perguntamos qual a situação da *qualidade do emprego* nas telecomunicações quase uma década após a privatização. Para isso, apontaremos alguns aspectos concernentes à *qualidade do emprego* tais como remuneração, tempo de emprego, jornada de trabalho, tipo de contrato de trabalho, escolarização dos empregados e inserção de mulheres, e alguns contrastes entre as atividades de telecomunicações e seu contexto mais amplo, o mercado de trabalho do setor de serviços e o mercado de trabalho do Brasil em seu conjunto. A análise da situação do emprego na atividade de telecomunicações⁴ baseia-se nos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais⁵ do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). A análise do contexto das telecomunicações no Brasil baseia-se em estudos anteriores e em informações provenientes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador das telecomunicações no Brasil, bem como em materiais obtidos na imprensa e em organizações e sites especializados no setor de telecomunicações.

A nova identidade do setor de telecomunicações teve significativa incidência sobre o emprego no setor, mas o crescimento do setor e a diversificação dos serviços também tiveram repercussões importantes nesse sentido. Em 1990, existiam 10 milhões de acessos telefônicos fixos, equivalentes em teledensidade a 7,1 acessos telefônicos para cada 100 habitantes. Em 2005, o número de acessos instalados superou os 136 milhões, sendo 50 milhões de acessos fixos e 86 milhões de acessos móveis.

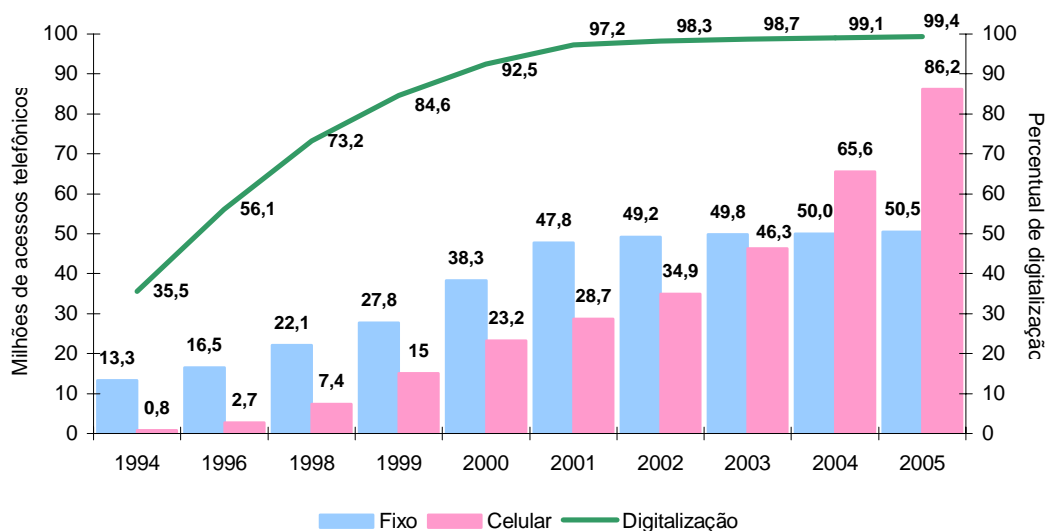
A estrutura e a identidade assumidas pelo setor de telecomunicações, neste contexto, constituíram um novo quadro dos empregos no setor, implicando, por um lado, aspectos sobre a quantidade de empregos no setor, e, por outro lado, aspectos qualitativos, condicionando a redefinição das condições de emprego e a renovação da mão-de-obra, agora, com perfil diferenciado daquele das empresas públicas.

⁴ Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, 1995), a atividade de telecomunicações refere-se aos empregos que estão alocados no setor de serviços; destaca-se que o setor de telecomunicações ainda incluiria as atividades do setor que são alocadas na construção civil (obras em telecomunicações) e na indústria (fabricação de equipamentos de telecomunicações).

⁵ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída em 1975, fornece informações estatísticas sobre o *mercado de trabalho formal* no Brasil, funcionando em conjunto com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), criado em 1965, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados; são mantidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As bases estatísticas podem ser acessadas em <http://www.mte.gov.br>, mediante cadastro como pesquisador.

Não seria correto afirmar que as mudanças no setor de telecomunicações implicaram em redução do número de empregos no setor. Em linhas gerais, ocorreu criação de empregos. Em alguns casos, houve eliminação de determinadas funções, mas com a criação de outras; em outros casos, houve realocação da mão-de-obra, em consequência da formação de novas empresas no setor e da terceirização. Tais situações estão relacionadas à reorganização administrativa das empresas de telefonia que se tornaram empresas rede e ao surgimento de novas empresas.

Gráfico 1: Evolução da digitalização nas plantas telefônicas e expansão dos serviços de telecomunicações – Brasil, 1994-2005



Fonte: Anatel.

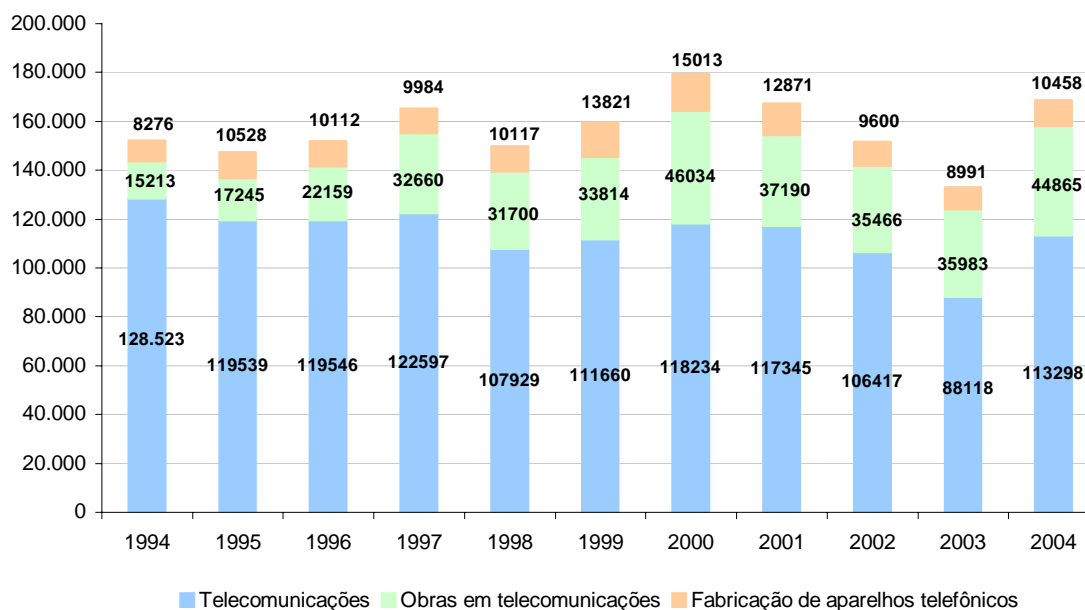
No caso das operadoras de telefonia fixa, houve acentuada redução no número de empregos, porém, em sua maior parte, tal redução ocorreu devido às atividades externalizadas, principalmente os empregos das atividades de manutenção e instalação. Em 1997, um ano antes da privatização, as operadoras de telefonia fixa empregavam 80 mil trabalhadores⁶ e, com a privatização, passaram a implementar procedimentos de racionalização e redução de custos⁷, o que acarretou o enxugamento da mão-de-obra. Em 1999, dois anos depois da privatização, o número de empregados nas operadoras de telefonia fixa foi menor que 50 mil, atingindo, em 2002, 20 mil empregos, número que se

⁶ Número que representava cerca de 70% dos empregados nas atividades de telecomunicações que naquele ano foi de 122 mil trabalhadores.

⁷ Ver Larangeira (2004 e 2005), Guimarães (2006).

estabilizou a partir de então. Porém, quando tomado o setor de telecomunicações em seu conjunto⁸, observa-se que o número de empregos no setor não sofreu redução no período entre 1994 e 2004, tendo inclusive se ampliado, mesmo que ligeiramente. Neste período, o número de empregos reduziu-se em 16 mil na atividade de telecomunicações, correspondente ao setor de serviços.

Gráfico 2: Evolução do número de empregos no setor de telecomunicações – Brasil, 1994-2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged. **Nota:** Número de vínculos de emprego formais ativos no dia 31 de dezembro do referido ano, declarado pelos respectivos estabelecimentos. **Observação:** Telecomunicações são atividades alocadas no setor de serviços; obras em telecomunicações são atividades alocadas no setor de construção civil; fabricação de aparelhos telefônicos são atividades alocadas no setor industrial.

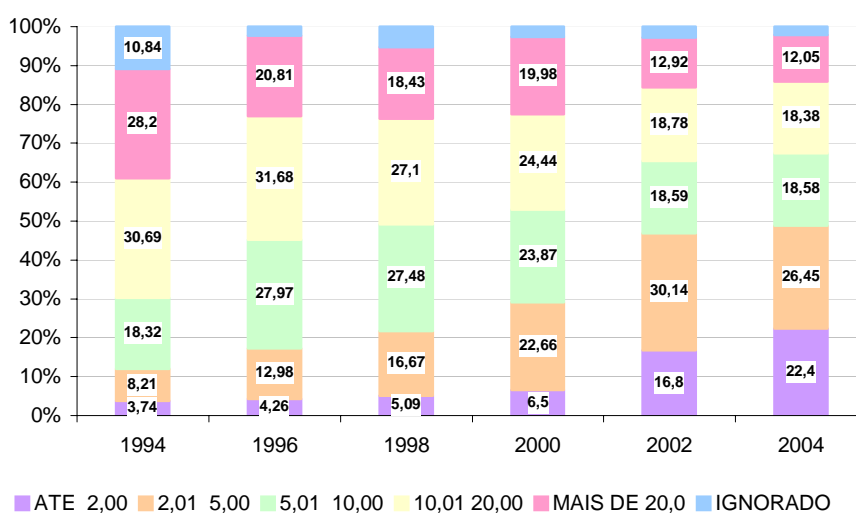
Entre 1994 e 1999, ocorre redução no número de trabalhadores na atividade de telecomunicações (serviços) e aumento no número de trabalhadores na atividade definida como obras em telecomunicações (construção civil). Neste período, haveria uma “preparação para a privatização”, expresso pelos planos de demissão voluntária, com trabalhadores saindo das estatais e inserindo-se nas empresas terceirizadas. Um ponto interessante a se destacar é que o número de trabalhadores logo após a privatização aumenta, sendo, entre 1999 e 2000, maior do que o número de trabalhadores no período ainda estatal. A partir de 1998, ano da privatização, até 2000, o setor estaria passando por um grande processo de expansão e diversificação, com as empresas privadas tendo que

⁸ Atividades do setor de serviços, construção civil e indústria.

cumprir as metas de universalização definidas pela Anatel nos contratos de concessão, o que explicaria o aumento do número de trabalhadores tanto na atividade de telecomunicações quanto em obras em telecomunicações. A partir de 2001, até 2003, o número total de trabalhadores começa a reduzir-se porque o setor passaria a se ajustar, consolidando um contingente de trabalhadores capaz de fornecer suporte estratégico e técnico para a nova configuração do setor, considerando-se que o número de empregos cai nas telecomunicações e também nas obras em telecomunicações. Em 2004, contudo, ocorre novo incremento no número de empregos nas atividades de telecomunicações e obras em telecomunicações.

Enquanto as empresas de telefonia fixa se reestruturavam, as empresas de telefonia móvel celular e de televisão por cabo estavam a surgir e a iniciar expansão comercial. A retomada no crescimento de empregos, em 2004, esta relacionada à expansão dessas empresas que, em 2003, passaram por processos de fusão para poderem atuar em maior número de regiões, favorecendo a competição. Os altos e baixos do número de empregos na atividade de telecomunicações, após 1998, indica a grande dinâmica desse mercado de trabalho em termos de quantidade de emprego.

Gráfico 3: Evolução da participação percentual dos empregados no setor de telecomunicações por faixa de remuneração (em salários mínimos) – Brasil 1994-2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Em termos qualitativos, a constituição do novo quadro de empregos do setor de telecomunicações implicou em transformações ainda mais evidentes do que em termos

quantitativos. As transformações qualitativas foram analisadas em duas dimensões complementares, a saber, as condições de emprego e o perfil da mão-de-obra empregada; tais categorias foram tratadas a partir das atividades de telecomunicações, referentes ao setor de serviços⁹.

A remuneração está entre um dos principais indicadores para a caracterização das condições de emprego na atividade de telecomunicações. O atual quadro de remunerações é bastante distinto do quadro anterior à privatização (Gráfico 3). Historicamente, as atividades de telecomunicações no Brasil se caracterizaram por elevado rendimento para os empregados, principalmente no período de monopólio estatal, quando todos eram funcionários públicos. Em 1994, cerca de 60% da mão-de-obra do setor possuía renda superior a 10 salários mínimos, sendo que quase 30% recebiam mais de 20 salários mínimos. Esta realidade foi modificada gradualmente ao se analisar a evolução do setor durante a reestruturação e após a privatização. Entre 1994 e 1996, houve a redução dos quadros de remuneração mais elevadas, em razão das aposentadorias incentivadas e dos planos de demissão voluntária nas empresas estatais. A evolução da redução dos empregos com remuneração mais elevada indica que, em 2004, cerca de 30% dos empregados obteve rendimento superior a 10 salários mínimos, metade do percentual de dez anos antes, sendo que 12% recebiam mais de 20 salários mínimos.

No recente quadro de remunerações nas telecomunicações (2004) se observa que cerca de 50% dos empregados recebiam remuneração superior a cinco salários mínimos; 26,4% remuneração entre dois e cinco salários mínimos; e 22,4% remuneração inferior a dois salários mínimos. Estas últimas duas categorias de rendimento mais baixo foram as que mais cresceram no período, pois em 1994, representavam, conjuntamente, pouco mais de 10% dos empregos. Destaca-se, porém, que a categoria de rendimentos de até dois salários mínimos cresceu mais em 2002 e 2004.

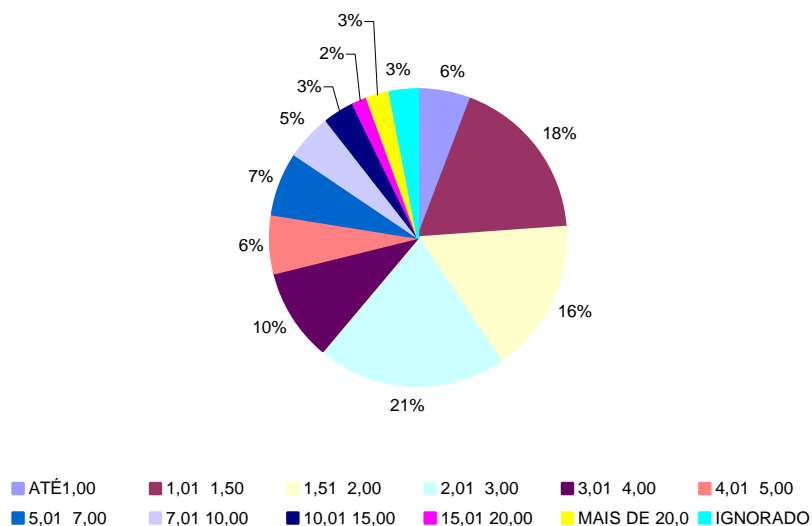
Mesmo com a redução do número de empregos com maiores salários, a atividade de telecomunicações continuou oferecendo rendimentos mais elevados que o mercado de trabalho brasileiro e mercado de trabalho do setor de serviços. Os Gráficos 4, 5 e 6¹⁰ permitem um contraste sobre a distribuição dos rendimentos mensais nestas duas dimensões (Brasil e serviços), no ano de 2004. Nas telecomunicações se observa uma distribuição de rendimentos por faixa salarial mais equilibrada que no mercado de trabalho

⁹ Priorizou-se a atividade telecomunicações da classificação da RAIS-Caged.

¹⁰ Estes gráficos foram segmentados por faixas mais específicas para traçar um paralelo com a renda média. A leitura das faixas nos gráficos pode ser realizada no sentido horário, a partir das 12 horas, e combinada com a legenda da esquerda para a direita.

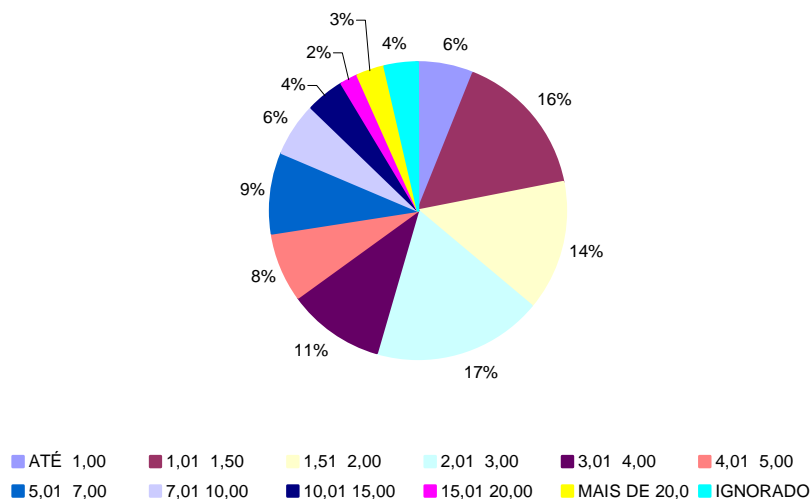
brasileiro (Gráfico 4) e que no setor de serviços (Gráfico 5), permitindo constatar que as faixas de rendimento mais baixas e as faixas de rendimento mais altas, nessas duas dimensões, são mais concentradas que nas telecomunicações (Gráfico 6).

Gráfico 4: Distribuição percentual por faixas de rendimento – Brasil, 2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged. **Nota:** Os números absolutos correspondentes podem ser consultados nas tabelas em anexo.

Gráfico 5: Distribuição percentual por faixas de rendimento – Setor de Serviços, 2004



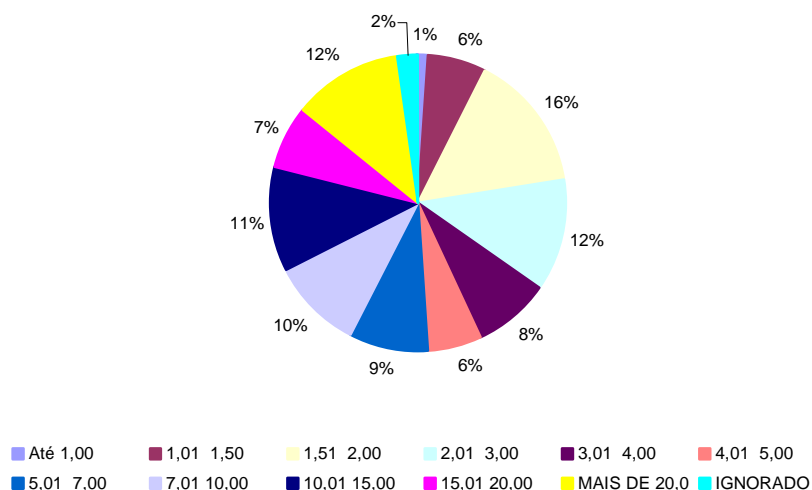
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Um fato importante a se considerar é que nas telecomunicações menos de um quarto dos empregados (23%) recebem menos de dois salários mínimos, enquanto que no

mercado de trabalho formal do Brasil 40% dos empregados estão nesta faixa. Ainda no que se refere às remunerações mais baixas, o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se por uma concentração de 61% dos empregos formais com rendimentos de até três salários mínimos mensais (Gráfico 4). Por sua vez, os rendimentos nesta faixa no setor de serviços correspondem a 53% dos empregos (Gráfico 5). No setor de telecomunicações, 37% dos empregos estão na faixa de rendimento de até três salários mínimos (Gráfico 6).

No que se refere às faixas de rendimentos mais altas, o mercado de trabalho formal do Brasil concentra 11% dos empregos nas faixas de rendimento superiores a 10 salários mínimos. Essa situação é seguida pelo setor de serviços, que concentra 13% dos empregos na mesma faixa. O setor de telecomunicações apresenta 30% dos empregos com rendimento superior a 10 salários mínimos, em 2004.

Gráfico 6: Distribuição percentual por faixas de rendimento – Telecomunicações, 2004



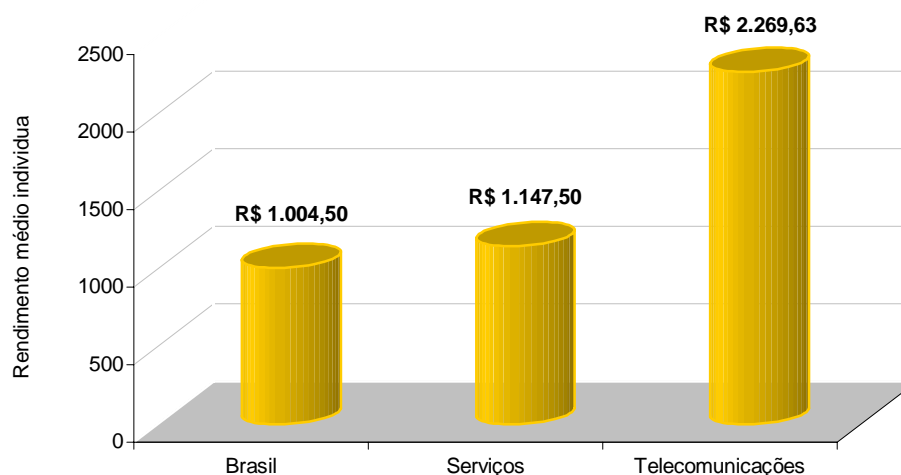
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Considerando o parâmetro das remunerações, pode-se supor que a atividade de telecomunicações parece aproximar-se às teorias dos países mais avançados no que se refere à perspectiva de expansão dos pólos e achatamento do centro, ou seja, observa-se que em telecomunicações 37% dos empregados recebem até três salários mínimos, 51% recebem acima de cinco salários mínimos e 14% recebem entre três e cinco salários mínimos. Essa perspectiva no caso do mercado de trabalho formal e do setor de serviços demonstra-se por uma pirâmide de desigualdade salarial, em que a maior parte dos empregos está na base.

O salário médio nas atividades de telecomunicações não apenas é mais alto em números absolutos que no mercado de trabalho formal do Brasil e no setor de serviços (Gráfico 7), como o percentual de empregados que recebem remuneração na média ou acima da média nas telecomunicações é maior que no contexto mais amplo. Em 2004, o rendimento médio nas atividades de telecomunicações foi de R\$ 2.269, equivalente a 8,7 salários mínimos do período¹¹, indicando que 42% dos empregados da atividade de telecomunicações recebiam remuneração equivalente ou superior ao salário médio.

No Brasil, o rendimento médio foi de R\$ 1.004, equivalente a 3,7 salários mínimos, indicando que aproximadamente 39% dos empregados no mercado de trabalho formal recebiam remuneração equivalente ou superior ao salário médio nacional. No setor de serviços, o rendimento médio foi de R\$ 1.147, equivalente a 4,4 salários mínimos, indicando que 36% dos empregados recebiam remuneração superior ao salário médio neste setor.

Gráfico 7: Remuneração média individual – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

A renda média do mercado de trabalho formal do Brasil (R\$ 1.004) é superada por 57% dos empregados nas atividades de telecomunicações. Enquanto 42% dos empregados de telecomunicações têm uma renda média igual ou superior a R\$ 2.269, no mercado de

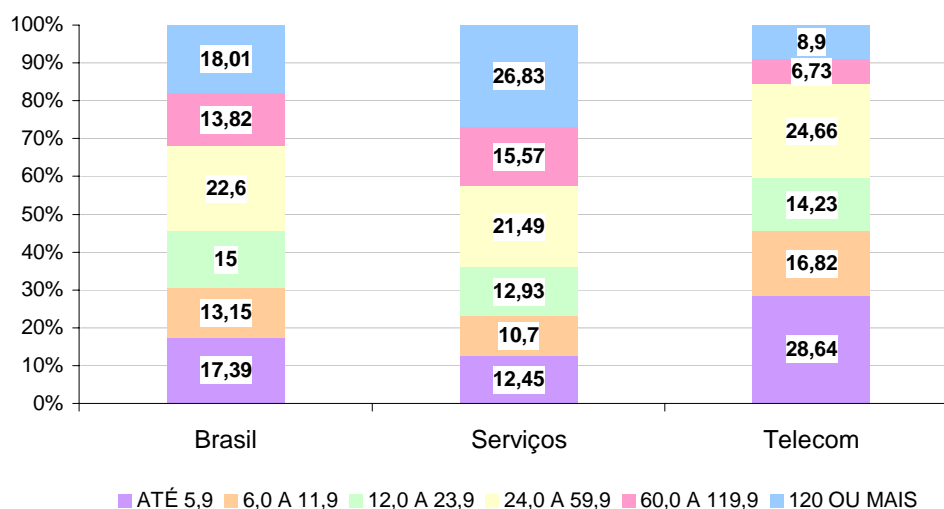
¹¹ A Lei nº 10.888, de 24/06/2004, estabeleceu o salário mínimo de R\$ 260, vigente a partir da data de promulgação até 18/08/2005, quando o salário mínimo foi reajustado.

trabalho formal apenas 16% dos empregados receberiam esse nível de remuneração, e no setor de serviços 19% dos empregados.

Outra mudança expressiva na caracterização dos empregos na atividade de telecomunicações diz respeito à redução do tempo em que os empregados mantêm seus vínculos de emprego com uma mesma empresa. Em 2004, cerca de 80% dos empregados do setor de telecomunicações têm até cinco anos de emprego (60 meses), evidenciando uma inversão em relação ao período anterior à privatização (1994), quando 70% dos empregados tinham mais de cinco anos de emprego. Esse fato expressa duas situações diferenciadas. Em primeiro lugar, as telecomunicações hoje representam um setor com nova identidade em que a mão-de-obra foi quase que completamente renovada. A mudança marcante ocorreu no caso dos empregados com maior tempo de empresa. Em 1994, os empregados com mais de 10 anos de emprego representavam quase 60% da mão-de-obra, os quais sofreram forte redução após 1998, chegando em 2004 com representação de 9% da mão da obra. Em segundo lugar, o mercado de trabalho das telecomunicações expressa uma situação de grande rotatividade. As informações apontam que os empregados estão em constante mobilidade de postos de trabalho, em busca de novas oportunidades intra-setor, isso porque a forma de organização das empresas privadas dificultaria mobilidade ascendente, o que seria favorecido pela maior escolarização formal dos mesmos. Em 2004, os empregados com até um ano de emprego foram 45%, taxa que não sofre alterações significativas desde 2000, demonstrando que nas telecomunicações há grande rotatividade e mobilidade de emprego. Essa é uma realidade bastante distinta do período anterior a 1998, em que os empregados com menos de um ano de empresa esteve na ordem de 12%, mesmo que já se observava o crescimento da participação de novatos.

A situação do tempo de emprego na atividade de telecomunicações demonstra ser bastante diferenciada em relação ao mercado de trabalho formal e ao setor de serviços, principalmente no que se refere aos empregados com até um ano de emprego. Nestas dimensões, os empregados nesta situação estão entre 22 e 30%, enquanto que nas telecomunicações chegam a 45% dos empregados. Contudo, em 2004, o setor de telecomunicações, não se caracteriza pela contratação através de vínculos temporários de emprego ou através de contratos por tempo determinado, o que poderia justificar a grande participação de empregados com menos de um ano de casa, pelo contrário, observou-se que 99% dos vínculos de emprego são firmados por contratos Consolidação das Leis do trabalho (CLT), por tempo indeterminado (Rais).

Gráfico 8: Distribuição percentual do número de empregados por tempo de emprego – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Na atividade de telecomunicações observou-se o aumento do número de empregos com maior jornada de trabalho, contudo não são verificadas situações em que a jornada de trabalho seja muito curta ou excessiva. Em 2004, cerca de 50% dos empregos são de jornada de 30 a 40 horas semanais e 45% dos empregos são de jornada de 40 a 44 horas semanais. Empregos com jornadas de até 20 horas semanais nunca foram comuns na atividade de telecomunicações. Empregos com jornadas entre 20 e 30 horas semanais chegaram a 5% entre 1994 e 1998, mas reduziram sua participação posteriormente. As atividades de telecomunicações não se caracterizam por empregos de tempo parcial, pelo contrário, observou-se que, entre 2000 e 2004, aumentou a participação de empregos com jornadas de 30-40h semanais e com mais de 40h.

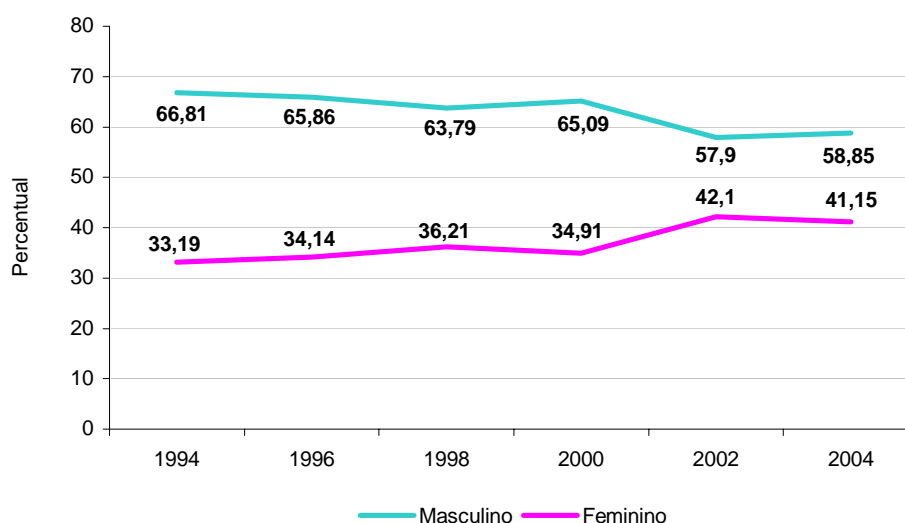
O perfil da mão-de-obra empregada na atividade de telecomunicações também sofreu profunda mudança entre 1994 e 2004.

A maior parte da mão-de-obra do setor de telecomunicações tradicionalmente foi formada por homens, porém, com as transformações no setor, grande parte da mão-de-obra masculina foi transferida para as atividades de obras em telecomunicações¹², alocada no setor de construção civil. Nas atividades de telecomunicações, enquanto reduziu a participação masculina aumentou a participação feminina. Em 1994, a participação de homens na atividade de telecomunicações era de quase 70%, situação que sofreu

¹² A participação de homens na atividade de obras em telecomunicações é de 90%.

modificação apenas nos últimos três anos, quando a participação de mulheres oscilou entre 40 e 42%. A inserção das mulheres neste mercado de trabalho ocorreu em razão da ampliação das atividades administrativas, de contato com o cliente e comercialização dos serviços em detrimento das atividades operacionais e técnicas ocupadas tradicionalmente por homens. A implementação de mão-de-obra feminina, contudo, não foi uma consequência imediata da privatização do setor. O aumento significativo da participação feminina ocorreu no período entre o ano 2000 e 2002 e estabilizou-se em 2004. Este é o período caracterizado pela expansão do segmento de telefonia móvel celular e pela liberalização do mercado das telecomunicações, que ocorreu em 2002.

Gráfico 9: Evolução da participação percentual dos empregados no setor de telecomunicações por sexo – Brasil 1994-2004



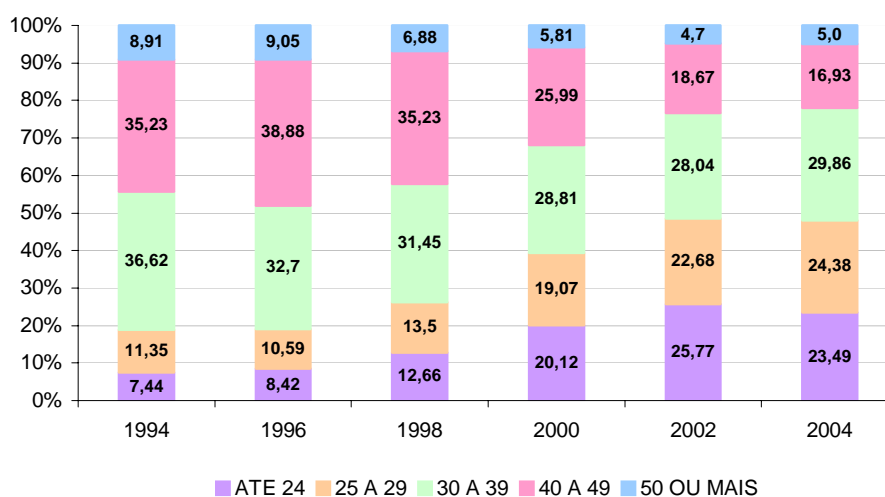
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Na atividade de telecomunicações, as mulheres compõem a maior parcela dos empregos com mais baixas remunerações, embora estejam com participação expressiva nos cargos de melhores salários. Em 2004, observou-se que 60% das mulheres e 40% dos homens ocupam cargos com remuneração de até cinco salários mínimos, sendo que 29% das mulheres e 18% dos homens estão na faixa de rendimentos de até dois salários mínimos. Chama atenção, contudo, que na faixa intermediária de rendimento (entre cinco e dez salários mínimos) a participação de homens e mulheres foi idêntica (18%). A maior desigualdade em termos de remuneração ocorre nas faixas mais elevadas, em que 19% das mulheres e 38% dos homens estão nas faixas de rendimento superiores a dez salários mínimos. Convém destacar que a participação das mulheres nas atividades de

telecomunicações cresceu nos últimos anos, e que no caso dos homens, muitos são remanescentes das empresas estatais e do período em que as empresas estavam se ajustando, apresentando, por tais razões, em alguns casos, salários inflacionados em relação ao mercado das telecomunicações. A tendência recente é que as empresas cada vez mais padronizem as remunerações, evitando que trabalhadores recebam remunerações diferenciadas executando uma mesma função.

O incremento de trabalhadores mais jovens teve forte repercussão sobre a redução da idade média dos empregados no mercado de trabalho das telecomunicações o que parece estar relacionado à comercialização dos novos produtos de tecnologia avançada e serviços de curto ciclo de vida, que entram e saem do mercado rapidamente. Em 1996, os empregados da atividade de telecomunicações com mais de 40 anos de idade chegaram a representar 48% da mão-de-obra, participação que foi sendo reduzida gradualmente nos anos seguintes, quando chegou a 23% e 22%, em 2002 e 2004. A participação de empregados entre 30 e 39 anos sofreu a menor modificação, embora tenha também reduzido, passando de 36%, em 1994, para 30%, em 2004.

Gráfico 10: Evolução da participação percentual dos empregados no setor de telecomunicações por faixa etária (em anos de idade) – Brasil 1994-2004

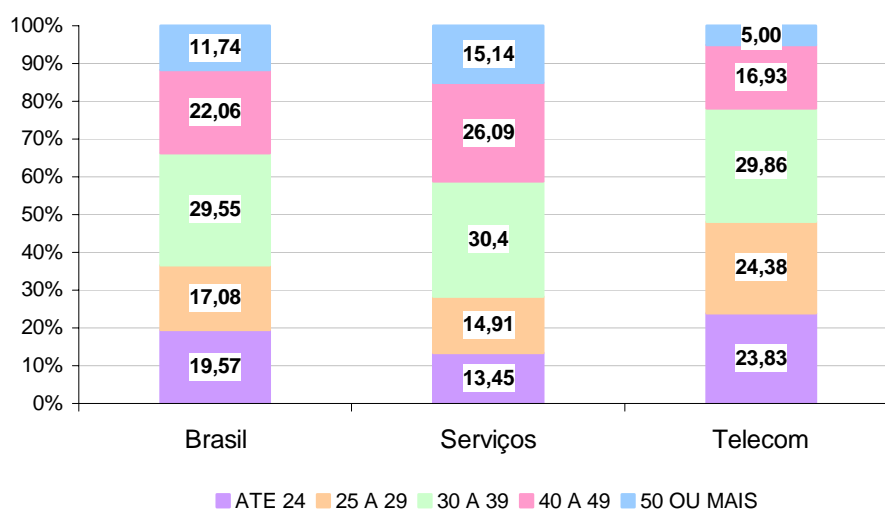


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

A redução de empregados dos estratos mais elevados de idade foi acompanhada pelo aumento dos empregados com menos de 30 anos de idade, os quais em 1994 representavam 18% e passaram a representar quase 50% da mão-de-obra das atividades de telecomunicações em 2004. Os empregados com até 24 anos passaram de 7% em 1994

para 23% em 2004, participação maior do que a dos empregados com mais de 40 anos. A redução da participação dos empregados com mais de 40 anos nas atividades de telecomunicações implica que a idade média no setor, em 2004, seja de 32 anos de idade, mais baixa que a do mercado de trabalho formal e que a do setor de serviços, em que a idade média dos empregados foi, respectivamente, 35 e 37 anos.

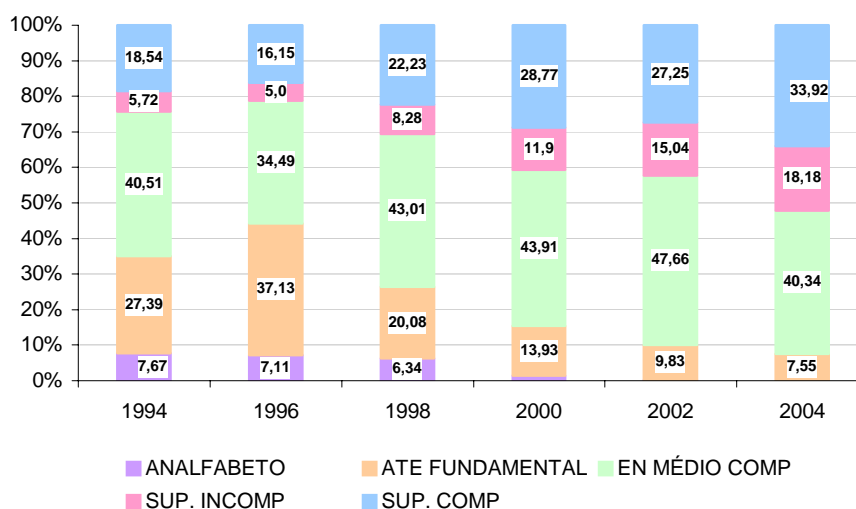
Gráfico 11: Distribuição percentual do número de empregados por faixa etária – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

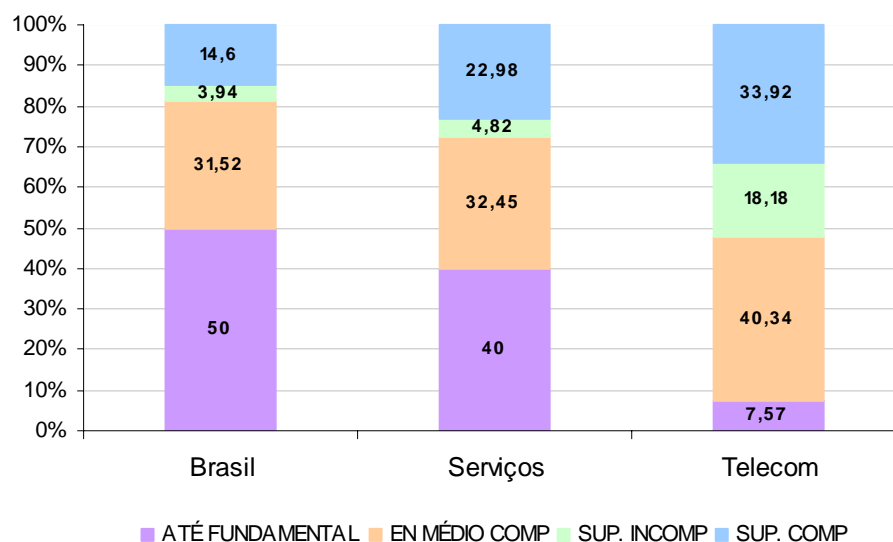
As atividades de telecomunicações apresentam um mercado de trabalho que é mais aberto à inserção de trabalhadores mais jovens quando comparado com o mercado de trabalho formal do Brasil e do setor de serviços. A atividade de telecomunicações também passou a se caracterizar por uma mão-de-obra mais escolarizada. Em 2004, os empregados com ensino superior completo chegaram a 34% e quase 20% estão cursando o ensino superior ou cursaram parte do ensino superior. Esse retrato demonstra a implementação dos maiores níveis de educação formal na atividade de telecomunicações em relação ao seu passado recente, embora em 1994 já fosse alta a participação de empregados com escolarização superior (18,5%). A participação dos empregados com escolarização média não sofreu mudança significativa no período analisado (40%). Em 1994, mais de 30% dos empregados havia concluído, no máximo, o ensino fundamental, sendo que 7,6% eram analfabetos. Em 2004, não havia mais empregados analfabetos e o percentual de empregados com formação inferior ao ensino médio foi reduzido de 27% para 7%.

Gráfico 12: Evolução da participação percentual dos empregados no setor de telecomunicações por escolaridade – Brasil 1994-2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged.

Gráfico 13: Distribuição percentual do número de empregados por faixa de escolarização – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged. **Nota:** Número de vínculos de emprego formais ativos no dia 31 de dezembro do referido ano, declarado pelos respectivos estabelecimentos. * Escolaridade em 31 de dezembro.

Nas atividades de telecomunicações a escolarização da mão-de-obra é mais elevada que a do mercado de trabalho formal e do setor de serviços. No Brasil, em 2004, a mão-de-obra empregada no mercado de trabalho formal apresentou baixa escolarização, sendo que 50% dos empregados possuíam até o ensino fundamental. O setor de serviços apresentou

uma situação melhor, com uma participação de empregados com ensino superior de 23% contra 15% do mercado de trabalho brasileiro, mesmo assim, predominava o ensino fundamental (40%). Em telecomunicações, o percentual de homens e mulheres com escolaridade superior é equivalente, 35,6% e 31,5%, respectivamente. No caso do mercado de trabalho formal do Brasil e do setor de serviços, o percentual de mulheres com escolaridade superior é o dobro do dos homens: 10,4 são homens e 20,9 são mulheres no Brasil, 17,7 são homens e 28,4 são mulheres no setor de serviços (Rais).

A idade dos empregados tem repercussão sobre a remuneração média. Nas atividades de telecomunicações, os empregados, independente da idade, têm remuneração média mais elevada que os empregados do setor de serviços e do mercado de trabalho formal.

Tabela 1: Distribuição do número de vínculos de emprego, massa salarial e rendimento médio individual por faixa etária* – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004

Nível de agregação	Faixa Etária	Nº de empregos	% Col	Massa salarial (R\$) **	% Col	Renda média (R\$)
Atividade de Telecomunicações	Até 24 anos	27.003	23,83	20.523.893,97	7,98	760,05
	25 a 29	27.622	24,38	46.195.731,02	17,96	1.672,42
	30 a 39	33.832	29,86	97.559.022,62	37,94	2.883,63
	40 a 49	19.180	16,93	68.273.165,65	26,55	3.559,60
	50 a 64	5.603	4,95	24.486.933,45	9,52	4.370,32
	65 ou mais	58	0,05	128.829,72	0,05	2.221,20
	Total	113.298	100	257.167.576,43	100	2.269,83
Setor de Serviços	Até 24 anos	2.287.006	13,45	1.294.894.965,06	6,64	566,19
	25 a 29	2.535.024	14,91	2.163.397.286,27	11,09	853,40
	30 a 39	5.168.241	30,4	5.892.048.112,83	30,2	1.140,04
	40 a 49	4.435.751	26,09	6.367.403.648,05	32,64	1.435,47
	50 a 64	2.404.300	14,14	3.547.206.259,43	18,18	1.475,35
	65 ou mais	170.161	1	243.313.713,81	1,25	1.429,90
	Total	17.001.020	100	19.508.771.471,17	100	1.147,50
Brasil (Mercado formal)	Até 24 anos	6.146.382	19,57	3.233.247.315,47	10,25	526,04
	25 a 29	5.366.203	17,09	4.145.214.647,82	13,14	772,46
	30 a 39	9.280.447	29,55	9.641.920.286,38	30,56	1.038,94
	40 a 49	6.928.187	22,06	9.374.162.875,72	29,71	1.353,04
	50 a 64	3.460.560	11,02	4.854.468.904,38	15,39	1.402,79
	65 ou mais	225.142	0,72	299.566.820,06	0,95	1.330,56
	Total	31.407.576	100	31.549.164.378,85	100	1.004,50

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged. **Nota:** Número de vínculos de emprego formais ativos no dia 31 de dezembro do referido ano, declarado pelos respectivos estabelecimentos. * Faixa etária em 31 de dezembro. ** Massa salarial em dezembro de 2004.

Assim como a idade, a escolarização também apresenta repercussão sobre a remuneração média dos empregados. No Brasil, no setor de serviços e na atividade de telecomunicações observou-se que quanto maior o grau de escolaridade, maior a remuneração média individual do empregado. Contudo, chama a atenção que nas telecomunicações, a remuneração média dos empregados com educação superior apresenta substancial diferença em relação aos empregados de escolaridade mais baixa na própria

atividade de telecomunicações e em relação aos empregados com ensino superior no Brasil e no setor de serviços. Neste sentido, nas telecomunicações, quanto maior a escolaridade dos empregados, maior a remuneração e melhores as perspectivas de condições de emprego. Isso contribui com a idéia de que em atividades tecnológicas a educação superior incrementa a remuneração mais do que no conjunto das atividades. Nas telecomunicações, os empregados com nível superior detêm 66% da massa salarial, enquanto que no Brasil estes detêm 36% da massa salarial, e no setor de serviços, 47% (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição do número de vínculos de emprego, massa salarial e rendimento médio individual por grau de instrução* – Brasil, Setor de Serviços e Telecomunicações, 2004

Nível de agregação	Grau de instrução	Nº de empregos	% Col	Massa salarial (R\$) **	% Col	Renda média (R\$)
Atividade de Telecomunicações	Até fundamental	8.573	7,57	7.094.297,10	2,76	827,51
	Ensino médio	45.702	40,34	50.919.302,16	19,8	1.114,15
	Sup. incomp	20.594	18,18	29.295.958,21	11,39	1.422,54
	Sup. comp	38.429	33,92	169.858.018,96	66,05	4.420,04
	Total	113.298	100	257.167.576,43	100	2.269,83
Setor de Serviços	Até fundamental	6.758.310	39,75	4.339.906.279,38	22,25	642,15
	Ensino médio	5.516.839	32,45	4.945.357.887,79	25,35	896,41
	Sup. incomp	818.619	4,82	1.047.253.150,11	5,37	1.279,29
	Sup. comp	3.907.252	22,98	9.176.254.153,89	47,04	2.348,51
	Total	17.001.020	100	19.508.771.471,17	100	1.147,50
Brasil (Mercado formal)	Até fundamental	15.683.529	49,94	9.757.346.673,49	30,95	622,13
	Ensino médio	9.898.887	31,52	8.597.238.120,58	27,25	868,50
	Sup. incomp	1.238.540	3,94	1.665.000.841,28	5,28	1.344,32
	Sup. comp	4.586.620	14,6	11.529.578.743,50	36,54	2.513,74
	Total	31.407.576	100	31.549.164.378,85	100	1.004,50

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Caged. **Nota:** Número de vínculos de emprego formais ativos no dia 31 de dezembro do referido ano, declarado pelos respectivos estabelecimentos. * Escolaridade em 31 de dezembro. ** Total dos salários em dezembro de 2004.

A renovação da mão-de-obra na atividade de telecomunicações tem caminhado lado a lado com a evolução do setor, e alguns dos aspectos referentes às características dos empregos e ao perfil da mão-de-obra podem ser analisados paralelamente ao crescimento do número de acessos telefônicos no setor.

A expansão das telecomunicações apresenta relação inversa com a experiência dos trabalhadores nas empresas, esta considerada através do tempo de emprego, parecendo que a expansão esteja mais inclinada ao novo perfil da mão-de-obra, maior escolarização, menor média de idade. No Brasil, a expansão mais significativa dos acessos telefônicos ocorreu em 2000, quando a participação dos empregados com mais de 10 anos de empresa foi reduzida para menos de 20% da mão-de-obra. A expansão do setor também acompanha o incremento da participação de empregados mais jovens, que se supõe sejam mais escolarizados, sejam “mais atualizados”, maior contato com novas tecnologias e disposição

a receber salários menores, e que, por isso, teriam contribuído decisivamente na capacidade de expansão das empresas privadas de telecomunicações. Os empregados mais jovens parecem também mais motivados a ampliar sua escolaridade, aspecto que os levaria a almejam um curso superior; quando concluem o curso superior, podem se ver frente a uma nova perspectiva no setor e perante novas oportunidades de emprego ou carreira no setor. Tal aspecto poderia justificar, em parte, a alta rotatividade¹³ no setor de telecomunicações, mas convém destacar que a rotatividade não impede a expansão do setor, pelo contrário, a maior expansão das empresas ocorre quando a participação de empregados admitidos no ano chega a índices superiores a 35% (o que ocorre desde 2000)

O crescimento na participação de empregados com escolaridade maior que o ensino médio (ensino superior e ensino superior incompleto) também acompanha a evolução do setor, embora em 1998, o índice de empregados com escolaridade mais elevada já fosse alto (30%), porém, a produtividade era baixa. Essa situação leva a considerar que o aumento da escolaridade seja melhor para os empregados que para as empresas.

A renovação da mão-de-obra do mercado de trabalho das telecomunicações estaria ocorrendo através da contratação de empregados mais jovens e mais escolarizados, e não por empregados mais experientes. Os empregados renovados, com menos tempo de emprego, mais jovens e mais escolarizados, estariam mais propensos a formar-se em uma nova cultura empresarial e sindical. Alguns estudos indicam que a maior escolaridade poderia afastar o empregado do sindicalismo, mas essa questão parece estar relacionada também a outros fatores, por exemplo, a juventude dos empregados.

Os empregados mais jovens parece que não conhecem a “cultura tradicional” do setor de telecomunicações e não reconhecem suas lutas. A exigência do aumento de salário para trabalhadores que estão mais preocupado em garantir o emprego e receber um salário, seja este qual for, é injustificável para os empregados mais jovens, preocupados em distanciarem-se do ambiente de incerteza quanto ao futuro. A experiência do empregado (tempo de emprego), ao que tudo indica, perdeu seu valor nas empresas de telecomunicações, em que as mudanças ocorrem em ritmo acelerado. O empregado mais experiente torna-se defasado e, de certa maneira, empecilho às mudanças frequentes. Mas isso não significa que os empregados que estão se formando no setor, recentemente, não estejam adaptando-se à lógica da “empresa privada”. O que tem sido mais importante no

¹³ Rotatividade expressa pela participação do número de empregados admitidos no ano.

contexto das atividades de telecomunicações parece ser o “conhecimento” e a “disposição”.

O crescimento do número de trabalhadores com menos de 10 anos de emprego foi acompanhado pela redução do número de empregados com salários mais elevados. Esse fato pode supor que a redução da participação de empregados com salários mais elevados também esteja relacionada às carreiras mais curtas nas empresas de telecomunicações em relação ao período anterior a 1998. O crescimento da participação de empregados com até 29 anos acompanha o crescimento dos empregados com até 12 meses de empresa, indicando que os empregados mais jovens estão em constante mobilidade, o que amplia a rotatividade.

Conclusões

O quadro atual do emprego nas atividades de telecomunicações e a situação das condições de emprego não podem ser analisados em separado das profundas mudanças que ocorreram entre 1994 e 2004 nesse setor e que redesenharam a estrutura organizacional e produtiva de telecomunicações no Brasil. As transformações na natureza e na identidade do setor sugerem uma nova configuração das telecomunicações em termos de trabalho, com uma quase completa renovação da mão-de-obra empregada. Tais aspectos estão de certa maneira interligados e sua convergência torna limitas as observações sobre pontos isolados das mudanças, como, por exemplo, o grau de rendimentos. As condições de emprego e o perfil dos empregados nas telecomunicações demonstraram, recentemente, grande diferenciação do seu contexto mais amplo formado pelo mercado de trabalho do Brasil no conjunto e o mercado de trabalho do setor de serviços. A configuração atual das telecomunicações decorre de contundentes mudanças tecnológicas e políticas que desencadearam transformações nas condições de emprego e no perfil da mão dos empregados no setor e contribuíram na diferenciação do contexto mais geral. As condições de emprego sofreram alterações no nível de rendimento, reduzindo a participação dos melhor remunerados; no tempo de emprego, aumentado a parcela dos empregados novatos; no tamanho da jornada de trabalho, crescendo para parte significativa dos trabalhadores.

A redução do número de empregos logo após a expansão inicial do setor foi revertida quando o mesmo como a diversificar produtos e serviços. A perspectiva anterior à privatização de perdas no número de empregos se confirmou inicialmente mas depois foi

superada pela nova dinâmica que se desenvolveu internamente ao setor de telecomunicações.

As condições de emprego na atividade de telecomunicações parecem ter sofrido deterioração quando a recente situação é comparada com a situação vigente no período de controle público, porém, no âmbito setorial, a situação do emprego nas telecomunicações tem posição destacada quando o parâmetro de análise é o contexto maior. O quadro de empregos na atividade de telecomunicações entre 1994 e 2004 se caracterizou pela redução do tempo de emprego, independentemente da significativa melhora no grau de instrução dos empregados. É importante lembrar, ainda, que o setor não se caracteriza pela contratação através de vínculos temporários de emprego.

O perfil dos empregados, diferentemente das condições de emprego, foi implementado na instrução dos empregados, na inserção de mão-de-obra feminina e na incorporação de trabalhadores mais jovens. O incremento do grau de instrução dos empregados ocorre tanto quando a comparação é com o passado do setor (empresas públicas) como quando o parâmetro de análise é o contexto maior. Curiosamente, a atividade de telecomunicações passou a atrair trabalhadores mais jovens, mais qualificados em termos de escolaridade que os antigos trabalhadores do setor e dispostos a receber remuneração inferior.

Contudo, parece ser prematuro esboçar uma avaliação positiva ou negativa das mudanças na situação do emprego nas atividades de telecomunicações. O foco que merece maior destaque parece ser o de analisar como as mudanças setoriais radicais têm repercutido sobre a situação do emprego no setor, especialmente considerando-se as condições de emprego e o perfil dos empregados, aspectos que concernem à qualidade do emprego. O recente quadro das características dos empregos, das condições de emprego e do perfil da mão-de-obra na atividade de telecomunicações, sugere que a *qualidade do emprego* na atividade de telecomunicações mereceria boa avaliação: os salários são mais elevados que no mercado de trabalho formal no Brasil e no setor de serviços; a escolaridade dos trabalhadores que estão empregados é mais elevada; os contratos de trabalho são por tempo indeterminado, as jornadas são completas. Uma série de atributos estaria incorporada para fundamentar a constituição de “bons empregos” no setor de telecomunicações. Os dados apresentado indicam uma vinculação importante entre a reestruturação do setor, tanto tecnológica quanto organizacionalmente, as condições de emprego e o perfil dos empregados.

Bibliografia e Referências bibliográficas

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. <http://www.anatel.gov.br> (Indicadores da base on line).

BALBONTÍN, Patricio Rozas. *Privatización, reestructuración industrial y prácticas regulatórias en el sector telecomunicaciones*. Serie recursos naturales e infraestructura. Santiago do Chile: División de Recursos Naturales e Infraestructura/CEPAL/Nações Unidas, 2005.

BATT, Rosemary. Explaining wage inequality in telecommunications services: customer segmentation, human resource practices, and union decline. In *Industrial and Labor Relations Review*, n. 54, n. 2A, 2001. pp. 425-449.

BATT, Rosemary; KEEFE, Jeffrey. Human resource and employment practices in telecommunications services, 1980-1998. IN: CAPELLI, Peter (ed). *Employment practices and Business Strategy*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1999.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BORGES, Luís F. Xavier. *Estruturação de Financiamento para a Implantação de Telefonia Celular Banda B*. Rio de Janeiro: Revista BNDES, v. 11, ° 21, p. 3-52, junho de 2004

BÜCHNER, Lutz Michael; RÜCKERT, Klaus. *The Telecommunicatinos Service Sectos in Germany: Industrial Relatinos in Deutsche Telekom: From Monopoly to Competition*. LASA 2004 XXV International Congress, October 7-9, 2004, Las Vegas, Nevada. Digitado, 26p.

CAMPOS, Mabel Jaqueline Carmona de; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes; e CAMPOS, Luís Henrique Romani de. *Reestruturação Produtiva e Qualidade do Emprego Formal na Indústria Têxtil: um estudo comparativo entre as regiões Nordeste e Sul*. Arquivo Digital, 18p. S. Referência; S./Ano

CELLA, Gilciane. *Implantação de sistemas integrados de gestão: um estudo exploratório na empresa de telefonia celular Telet S. A*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Porto Alegre: Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS, 2002.

CURTINAZ DA SILVA, Paulo Herbert. *Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores Desligados do Setor de Telecomunicações*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGSociologia/IFCH/UFRGS, Agosto de 2003.

DORES, Adely Maria Branquinho das. Telecomunicações: O novo cenário. *Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. BNDES*, Vol. 11. Junho de 1999. (Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1110.pdf> - Acesso em 14 de fevereiro de 2006).

GORDINHO, Margarida Cintra. *Telecomunicações: memória*. São Paulo: Marca d'Água, 1997.

GUIMARÃES, Sônia Maria Karam. As telecomunicações no Brasil após a privatização. IN: PICCININI, Valmíria Carolina; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona (Org.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (p. 145-175)

KATZ, Harry. (ed.). *Telecommunications. Restructuring work and employment relations worldwide*. Ithaca: ILR Press, Cornell University, 1997.

KOVÁCS, Ilona. *As metamorfoses do emprego*. Oeiras: Celta, 2002.

LARANGEIRA, S. M. G. Privatization and deregulation of telecommunications in Brazil: the global influence and local implications. In: BEUKEMA, Leni; CARILLO, Jorge Hector. (Org.). *Globalism/Localism at work*. 1ª ed. Amsterdã (NL), 2004, v. , p. 75-98.

LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. A reestruturação das telecomunicações e os sindicatos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18. Nº 52. Junho, 2003. Pp. 81-106.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Reestruturação no setor das Telecomunicações: inovações tecnológicas, privatizações e desregulamentação: aspectos da experiência internacional. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, nº 8, 1998. Pp. 159-178.

LÁRIOS, Adriana. *Estudo e construção de cenários para a telefonia móvel celular no contexto do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Escola de Administração/UFRGS, 2003.

MACHADO, Vera Regina. A influência de um gestor no processo de mudança: o estudo de caso da implantação de um sistema integrado de informação gerencial na empresa de telefonia celular Telet S.A. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Escola de Administração/UFRGS, 2003. (Tema: Organização)

MACKENZIE, Robert. The migrations of bureaucracy: contracting and the regulation of labour in the telecommunications industry. *Work, Employment and Society*. London: Sage, v. 16, 2002, pp. 599-616.

MAIA, Nilton Alves. *Concepção e desenvolvimento de um protótipo de EIS e avaliação do seu efeito sobre o processo de tomada de decisão em uma empresa operadora de telefonia celular*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Escola de Administração, 1999.

MELO, Paulo Roberto de Souza; GUTIERREZ, Regina Maria Vinhais. *Telecomunicações pós-privatização: perspectivas industriais e tecnológicas*. BNDES. Setorial. Rio de Janeiro: BNDES, nº 8, setembro de 1998. Disponível em <http://www.bndes.gov.br> – Acesso em 23 de junho de 2005.

MOCELIN, Daniel Gustavo. *Qualidade do emprego em contexto de mudança tecnológica: o caso das operadoras de telefonia móvel celular*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2006. 211p.

MOCELIN, Daniel Gustavo. *Aspectos da Terceirização nas telecomunicações: complexificação de uma empresa terceirizada no Rio Grande do Sul*. XXV Congresso da Alas, UFRGS, Porto Alegre, Agosto de 2005. 22p. Texto completo disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgsocio/producao> - Acesso em 16 de fevereiro de 2006.

MOCELIN, Daniel Gustavo; CORRÊA, Luís Fernando Santos. *Novos perfis ocupacionais: empregados de call centers no setor de telecomunicações*. Relatório de Pesquisa. <http://www.ufrgs.br/ppgsocio/producao> 38p. Porto Alegre: Departamento de sociologia, UFRGS, 2003.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação do Ministério do Trabalho e Emprego (PDET) (Bases estatísticas Rais-Caged) <http://www.mte.gov.br> <http://www.mte.gov.br/Menu/Estatisticas/>.

NEVES, Maurício dos Santos. O setor de telecomunicações. IN: RIBEIRO, Alexandre Dórea (Editor). *BNDES 50 anos – Histórias Setoriais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial13.pdf e/ou publicação em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp> - Acesso em 20 de fevereiro de 2006.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil IN: PINHEIRO, Armando Castelar; FUHASAKU, Kiichiro (Editores). *A privatização no Brasil: O caso dos serviços de utilidade pública*. Brasília: BNDES/OCDE, 2000. Capítulo 5, p. 146-177.

OIT. Organización Internacional del Trabajo. Calidad de los nuevos empleos en los noventa. *Informa OIT Panorama Laboral '97*. Oficina Regional para América Latina e el Caribe. <http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/panorama/1997/calidad.html> - Acesso em 6 de abril de 2006.

PICCININI, Valmíria Carolina; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska Nahas (Org.) *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 360p.

PIRES, José Cláudio Linhares; DORES, Adely Maria Branquinho das. Fusões e aquisições no setor de telecomunicações: características e enfoque regulatório. Rio de Janeiro, *Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável*. BNDES, Vol. 14. Dez., 2000. (Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1407.pdf> - Acesso em 14 de fevereiro de 2006).

PIRES, José Cláudio Linhares. A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil. Rio de Janeiro, *Revista do BNDES*, Vol. 11. Junho de 1999. (Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1109.pdf> - Acesso em 14 de fevereiro de 2006).

QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. *Ci. Inf.* Brasília, v. 27, n. 2, 198-205, mai/ago, 1998.

ROSA FILHO, Euclides. *Validade da cláusula de exclusividade em canais de telefonia móvel celular*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Escola de Administração/UFRGS, 2003.

RUDUIT GARCIA, Sandro. Privatização e emprego no setor de telecomunicações: novas oportunidades ou degradação do trabalho? O caso do Rio grande do Sul, Brasil. *Scripta Nova – Revista electrónica de geografía e ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de agosto de 2004, Vol. VIII, num. 170 (12). (<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-12.htm>)

SILVA, Clarissa S. P da. *Competição estratégica no setor de telefonia móvel celular no estado do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2001*. Ufrgs, PPG Economia. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2004.

SILVA, Sandro Márcio da. *A gestão das competências organizacionais em empresas de cadeia de valor para provimento de telefonia celular da 3ª geração (3G)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, 2002. 160p.

TELECO. Site especializado em telecomunicações. Diversos estudos, tutoriais, compilação de dados e comentários sobre o setor de telecomunicações e sobre empresas de telecomunicação. Acesso pelo endereço <http://www.teleco.com.br>

WALTER, Jorge. Privatizaciones y relaciones laborales em la telefonia latinoamericana. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, nº 8, 1998. p. 89-107

WOHLERS, Márcio. *Mudança de paradigmas na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil*. Disponível em <http://www.abeprest.org.br>. Apresentação eletrônica. São Paulo: Fórum Abeprest, 2003.

WOHLERS, Márcio. A reforma do modelo de telecomunicações: o menu internacional e a opção brasileira. IN: TAPIA, Jorge Ruben Biton; RALLET, Alain (Orgs). *Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica: Uma análise comparada*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. (coleção pesquisas, 2). P. 43-73.